

OPINIÃO

A reforma invisível



AUGUSTO MARZAGÃO
Jornalista

Qual é hoje o retrato, sem retoques, da reforma agrária brasileira? Que mudanças produziu na configuração fundiária e agrícola do país, nas relações entre o campo e as cidades, na melhoria do nível e da qualidade de vida das populações do nosso vasto e castigado interior? Quais os avanços objetivos e efetivos no cenário econômico e social do país? Há muitas outras indagações a formular em torno desse projeto que já vem de longe na história do país, desafiando as posições programáticas, ideológicas, regionais e outras tantas da sociedade e dos dirigentes.

A verdade, sem nenhum exagero de avaliação, é que a reforma agrária brasileira não disse ainda a que veio, embora já tenha exigido nos últimos anos um investimento de R\$ 50 bilhões. São as suas deformações, os seus desvios, as suas extrapolações, as suas confusões de rumo os aspectos que mais despertam as atenções da opinião pública, não aquilo que essa ambiciosa operação já alcançou de positivo, de resultados que correspondam realmente aos interesses do desenvolvimento nacional.

Os assentamentos de milhares de famílias pelo governo jamais conseguiram criar ambiente de satisfação entre os beneficiários e os militantes do movimento focado historicamente na distribuição de terras aos excluídos da propriedade e das produções rurais. Em vez disso, há incessante clamor por reivindicações consideradas não atendidas pelas autoridades da área, uma atitude crônica de protesto que escapa a todo controle e se manifesta pelas vias da ameaça e da violência nas invasões de fazendas e de prédios públicos, nos confrontos com proprietários de terras produtivas, em atos predatórios e até de infração penal em desrespeito às determinações da Justiça em conflitos entre os próprios integrantes das facções de dissidentes do MST.

Os mais pessimistas entendem que os assentamentos, em grande parte, se transformaram em verdadeiras favelas rurais, distanciando-se de qualquer forma de organização para uma produção agrícola familiar que pelo menos atenda às necessidades de sobrevivência digna dos arregimentados para essa alternativa de revitalização agrária. Observam, inclusive, que estamos diante de agrupamentos improvisados e erráticos, onde a real vocação para o cultivo da terra é substituída por pessoas recrutadas nas periferias urbanas, sem nenhum preparo para atividades tão estranhas às suas escolhas de melhoria de vida.

O próprio João Pedro Stedile, coordenador geral do MST, trocou recentemente seus impulsos pelo reconhecimento de que o modelo



de reforma até aqui tentado perdeu a sua validade e é preciso procurar outras saídas. Com grande atraso, ele terá percebido que o agronegócio acabou com o fantasma dos latifúndios improdutivos e somando recursos, tecnologias, planejamento, capacidade exportadora, e outras ferramentas de racionalização e prosperidade, passou a cumprir o papel que a utopia da reforma agrária projetava para fazer do país uma potência agrícola.

Outra posição realista é a daqueles que pregam a mudança da opção agrária do governo para um apoio de grande consistência à agricultura familiar, explorada por quem entende tradicionalmente do seu ofício e por isso mesmo responde pela principal oferta de alimentos ao mercado interno do país. Não foi à toa que o presidente Lula acabou de conceder apoio creditício de R\$ 12 bilhões a esse setor produtivo, para ganhar mais fôlego no seu trabalho de alta essencialidade.

Será que a nossa reforma agrária surgirá com a face mais luminosa e mais compreendida pela opinião pública nacional com a simples mágica da multiplicação dos assentamentos e a transferência ainda maior de volume de dinheiro do contribuinte para os reclamos dos trabalhadores sem-terra? Não parece que seja esse o caminho das pedras e que possamos ver o fim dos "setembros vermelhos" e dos "invernos quentes", nomes que os invasores do MST dão às truculentas incursões em massa a indefesas propriedades agrícolas. Temos que partir para a mudança do modelo não só já superado como gerador de riscos políticos e sociais. Em lugar da reforma que tumultua, agride e inquieta, queiramos uma reforma que se ajuste ao Brasil que reencontrou o seu destino democrático e se concentra agora nas conquistas igualitárias e de justiça social do crescimento econômico sustentado.

Lixões e aterros envenenam o ambiente

ABRAHAM ZAKON

Engenheiro químico, é professor associado da Escola de Química, Centro de Tecnologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Os vazadouros de lixo emitem líquidos e gases venenosos, alguns visíveis e outros imperceptíveis a olho nu porque neles ocorrem reações químicas. Assim, é recomendável encarar os aterros de lixo como soluções emergenciais e provisórias em vez de permanentes e duradouras. As chuvas penetram nos rejeitos úmidos e secos, soterrados ou a céu aberto, dissolvem os componentes e formam soluções venenosas (chorumes) capazes de permear e poluir o solo, e evaporar, difundindo vapores poluentes na atmosfera.

Os gases poluentes de lixões e aterros são perceptíveis nos casos de incêndios e nebulosidade. A combustão de metano (biogás) pode ser invisível porque às vezes ocorre nos tubos de captação e queima ao ar livre ou no interior do lixo soterrado. Outros gases perigosos e poluentes orgânicos persistentes (POPs) são emitidos, como as dioxinas e furanos, alvos de controle governamental, e podem formar-se a partir de restos de água sanitária e outros compostos de cloro e produtos da termodegradação de frações orgânicas presentes no lixo.

Mesmo assim, os aterros são admitidos como seguros porque empregam argilas inertes e mantas impermeáveis para proteger o ambiente das emissões líquidas e gasosas. Mas certos materiais podem ser impermeáveis ou inertes em algumas condições usuais de temperatura e pressão. Porém, podem ser ou são

degradáveis, quando expostos ao ar, calor, água, ácidos, líquidos alcalinos, fogo, radiação solar, esforços mecânicos, eletricidade, fenômenos geológicos e sob ataques microbianos ou biológicos.

Em depósitos de milhares de toneladas de lixo soterradas com dezenas de metros de altura podem ocorrer reações termoquímicas de degradação, como combustão, pirólise e gasificação. Tais reações geram dióxido e monóxido de carbono, gases do nitrogênio, coque e cinzas, alcatrão, óleo cru, hidrocarbonetos gasosos, metano, hidrogênio. As argilas são minerais porosos e algumas são impermeáveis à passagem de líquidos. Porém, as condições existentes em aterros são muito agressivas e permitem formar vários canais de permeação para gases e líquidos.

O pior é que parte do perigo fica escondida. A combustão pode ser invisível, como ocorre em pedaços de carvão que, após algum tempo, apresentam camadas superficiais de cinzas. Se o calor liberado não for removido por ventos ou difusão pelo ar, tende a acumular-se e aumentar a temperatura dos materiais ao seu redor ou de sua origem. Poderá resultar combustão com chamas no subsolo ou na superfície do aterro de lixo e ocorrer alguma explosão na presença de gases combustíveis.

A United Nations Environment Program ainda não incluiu a degradação térmica de materiais soterrados na conceituação de resíduos perigosos. A omissão merece revisão urgente no Brasil, antes que sejamos criticados por poluir os nossos recursos naturais.

Nas indústrias químicas e incineradores de lixo, as emissões gasosas são captadas e

tratadas para anular ou eliminar os poluentes. Para evitar a formação de dioxinas e furanos, lavam-se os gases quentes com soluções alcalinas (hidróxido de cálcio ou sódio) mais resfriamento instantâneo para remover cloro, cloretos e outros gases ácidos. Esse cuidado tecnológico não existe nos lixões e aterros.

O IBGE considera destinação final adequada de lixo a disposição dos resíduos em aterros sanitários, o envio a estações de triagem, reciclagem e compostagem, e a incineração. A destinação final inadequada refere-se ao lançamento do lixo bruto em vazadouros a céu aberto, áreas alagadas, locais não fixos e outros destinos. Apesar disso, a Agência Brasil divulgou (11/12/2006) que "lixões e aterros ainda são o destino mais comum do lixo produzido no país", que, em 2000, já resultava em 228.413 toneladas por dia.

Os aeroportos internacionais incineram o lixo das aeronaves para destruir produtos tóxicos, micróbios e vírus patogênicos e atender a normas sanitárias. As vantagens da incineração incluem a redução, em 80%, do volume original dos resíduos e da massa inicial até 90%, mais a produção de cinzas, que são úteis para a construção civil.

A co-geração de energia térmica e elétrica pela incineração de lixo cresce na Europa, onde existem 340 usinas em 18 países. É possível incinerar as frações remanescentes da catação de rua e coleta seletiva (em galpão) do lixo, gerar eletricidade e evitar que lixões e aterros emitam poluentes gases e vapores. O Brasil já dispõe dessa tecnologia — a Usinaverde, operando em demonstração no campus da UFRJ.



ARI CUNHA

visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
Circe Cunha (interina) // circe.cunha@correioweb.com.br

O presidente a fiar

(Homenagem da coluna ao cineasta Humberto Mauro)

Estava o presidente a fiar em seu lugar. Veio a política econômica a comemorar. Banqueiros alegres, aumento dos juros, autonomia do Banco Central, FMI, bolsa subiu, salário caiu, impostos a mais, CPMF a arrancar tudo o que pode. Estava o presidente a fiar em seu lugar. Veio a política social. Cortes de até R\$ 5 bilhões, reformas sentadas de braços cruzados, salário mais que mínimo, 10 milhões de desempregados, violência, falta de autoridade, de comando, de projetos implementados. Estava o presidente a fiar em seu lugar. Veio o povo a vaiar. O caos aéreo, os risos soltos, as frases infames, os escândalos, a saúde caótica, as estradas com a maquiagem borrada, acordos indecentes, balcão de negócios, troca de favores, aos amigos tudo, ao eleitor a mosca.

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“A verdadeira herança maldita aos cofres públicos foi esse tal de cartão corporativo.”

José Américo, na fila do INSS, enquanto lê sobre o salto nos gastos do governo, que chegaram a R\$ 9.395.230,63, só neste ano

Aplausos

Toque primoroso da Casa Cor em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. O futuro das instalações do Touring não poderia ser melhor. Uma biblioteca de inclusão digital no coração de Brasília para uso popular. Iniciativa do secretário Gorgulho, que mobilizou CEB, Caesb, Administração do Plano Piloto, Vigilância Sanitária e Polícia Militar.

Indigesto

Com todo respeito, que nenhuma auditoria acuse o brigadeiro José Carlos Pereira de ter comandado a Infraero como sugeriu o trato com um pepino. Não se cozinha o fruto do pepineiro, corta-se em todas as direções e não é preciso inteligência para prepará-lo, ao contrário do que disse o oficial.

Idéia

Prêmio de meio ambiente da ONU, Vilmar Berna elogiou a iniciativa da Prefeitura do Rio que vai usar garrafas PET para a sinalização de praças, parques e ciclovias. Mas deixou uma mensagem que poderia se transformar em lei. Fabricantes de PET, pneus, baterias, eletrônicos, deveriam ser responsabilizados pelo recolhimento dos produtos para reciclagem.

Novidade

Ainda em dois turnos, para passar pela aprovação, uma proposta de emenda constitucional acaba com a separação judicial e institui apenas o

divórcio como figura jurídica. O deputado Sérgio Carneiro, especialista em direito de família, acha que assim a exposição do casal é abreviada e as custas do processo diminuem.

Pistas

Um atestado médico de Marcos Sampaio Ferreira, diretor presidente da Pantanal, obrigou a CPI do Apagão Aéreo da Câmara a remarcar o depoimento. Uma aeronave da empresa saiu da pista em Congonhas um dia antes do acidente com o avião da TAM. Os deputados querem confrontar o ocorrido com a declaração de Armando Schneider Filho, da Infraero, que garante que a pista não contribuiu para a tragédia.

PDE

Fernando Haddad ficou satisfeito com Plano de Desenvolvimento da Educação, que projeta para o ano de 2022 o objetivo de igualar indicadores educacionais brasileiros aos dos países desenvolvidos. Mas não escondeu que vai dar um passo de cada vez para chegar lá. Depende do Congresso para aumentar o piso salarial dos professores e para mudar as regras do Fies.

Anatel

Mais seis meses para entrar em vigor novas regras a favor dos usuários da telefonia celular. A Anatel obrigou as operadoras a revalidarem os créditos de antigos celulares pré-pagos a cada recarga. Os créditos devem valer por 90 dias e os cartões por 180.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

O Senado pagou, este mês, 500 cruzeiros de telefone do vice-presidente da República. Trezentos mil cruzeiros do gabinete do Rio e 200 cruzeiros do gabinete de Brasília. Custa caro o vice que lidera os trabalhadores. Com a nomeação do sr. Vítor Nunes Leal para o Supremo Tribunal Federal, essa corte passou a contar com nove ministros mineiros, cabendo aos senhores Luiz Gallotti e Cândido da Mota Filho o privilégio da exceção. (Publicado em 27/11/1960)